

**ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO PARA PROTEÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E ALTO JURUÁ (BRASIL -
PERU) - MOVIMENTO INDÍGENA DO VALE DO JURUÁ**

- Na Terra Indígena Poyanawa, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, pertencentes a 8 etnias, representando 18 organizações indígenas (regionais, locais e de categoria). Também estiveram presentes três indígenas que ocupam cargos públicos governamentais (FUNAI, SEPI e Prefeituras de Marechal Taumaturgo e Jordão), e um parlamentar indígena do Município de Mâncio Lima. Como convidada esteve presente a organização indígena Peruana FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus.
- A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), e Associação do Movimento dos Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre (AMAAI-AC), e apoiada pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Ac), The Nature Conservancy (TNC) e Fundação Moore.
- Este foi um encontro preparatório do Movimento Indígena para a participação no Grupo de Trabalho Transfronteiriço, cujos objetivos específicos foram:
 - - Socializar as informações e resultados do processo de inserção do Movimento Indígena dentro do GTT, tanto do Acre como de Ucayali
 - - Identificar formas de construção de uma agenda comum e articulada, entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali.
 - Discutir Mecanismos da participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado este ano
 - Realizar um diagnóstico socioambiental das terras indígenas presentes no evento.
- Durante o encontro todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos, sobretudo:

- - *Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;*
- - *Buscar garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali para discussão da integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas resultantes, que devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas, e que não tenham como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul”.*
- - *Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles em isolamento voluntário, que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.*

A partir da apresentação dos diagnósticos socioambientais, foram realizados debates e discussões que possibilitou a sistematização de encaminhamentos, considerações e recomendações apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

- - Na reunião foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,
- - O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;
- -Sugestão de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.
- -Articulação com representantes “chefes dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.
- - Autoridades competentes,de ambos os países, com atuação mais eficiente na área de fronteira

- - acrescentar outras coisas da Apiwtxa
- - Continuidade de Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- - Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- - Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro (Tis Nawa w Nukini);
- - Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido as pressões de madeireiros peruanos (Envira e Jordão);
- - Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- - Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras
-
- **Problemas Nacionais das Terras Indígenas Brasileiras**
- - Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixa escala (pranchas, tábuas, e canoas)
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawa do Igarapé Preto)
- - Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;
-
- **Ocupação do Entorno**
- - Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas
- - Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e a presença de narcotraficantes;
- - Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis
-

-
- **RECOMENDAÇÕES AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E PODER PÚBLICO BRASILEIRO-**
-
- Comunidades Indígenas devem estar organizadas e mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização dos seus territórios. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ).
- - Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- - Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- - Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- - Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas, nos territórios e no seu entorno;
- - Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- - Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno
- - Implantação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma a coibir as invasões;
- - O INCRA apoiar a organização e a implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos;
- - Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas
- O representante da FECONAPU, Sr. Edmundo Lopez, em seu diagnóstico mencionou alguns problemas socioambientais na sua região: como retirada de madeira ilegal em territórios indígenas, ausência de programas de educação indígena, incipiente assistência de saúde, problemas de titulação das terras indígenas, baixa representatividade indígena nos cargos políticos, ausência de uma política de proteção das terras indígenas e outras unidades de

conservação. O representante manifestou interesse em participar da rede de intercâmbio que está se formando entre os indígenas do Acre e Ucayali.

-
- Aldeia Barão, 24 de fevereiro de 2006.
-
- ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES
- 1 – OPIRJ
- 2 - OPIAC
- 3 - AMAAIAC
- 4 - SEPI
- 5 - CPI/AC
- 6 – APIWTXA
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAc – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista
- 12 - ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB
- 15 – Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus
- 18 Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá – IDAJVJ
- 19 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 20 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 21- Representantes do Povo Contanawa